



REQUERIMENTO Nº / 2026

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pará de Minas:

A vereadora que este subscreve, depois de ouvida a Casa, requer a V. Exa. que seja solicitado à **Secretaria Municipal de Meio Ambiente** o encaminhamento de esclarecimentos formais acerca dos procedimentos e orientações adotados por essa Secretaria em casos de óbito de animais no município, incluindo aqueles resgatados e assistidos por protetores independentes, especialmente no que se refere às diretrizes oficiais para a destinação adequada dos corpos, aos protocolos eventualmente existentes para o manejo e recolhimento desses animais, bem como à eventual disponibilização de serviço público específico para essa finalidade, inclusive com atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade social e a animais em situação de abandono ou risco.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Pará de Minas, 15 de abril de 2026.

Vereadora Camila Gonçalves – Camila Mão Amiga

Justificativa:

A presente demanda tem por objetivo obter informações claras, formais e atualizadas, bem como promover a devida orientação à população quanto aos procedimentos adequados a serem adotados em situações de óbito de animais no município, incluindo aqueles resgatados e assistidos por protetores, especialmente no que se refere à destinação correta dos corpos.

Cumprе destacar que a inexistência ou insuficiência de diretrizes claras, acessíveis e amplamente divulgadas pode ensejar insegurança à população, além de potenciais implicações



à saúde pública e ao meio ambiente, tendo em vista a imprescindibilidade de manejo correto e sanitariamente adequado nesses casos.

Diante desse contexto, torna-se imprescindível o devido esclarecimento quanto às orientações oficiais do Município, especialmente no que se refere aos procedimentos recomendados para o descarte de animais mortos, à existência (ou não) de serviço público de recolhimento, inclusive para pessoas em situação de vulnerabilidade social, bem como às alternativas indicadas pela Administração Municipal e à eventual regulamentação vigente sobre o tema.